



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Sexta-feira
(09/03)**

Manchetes

Istoé: Jungmann pede a Cármen que paute distinção entre traficante e usuário de drogas

Extra: Fachin manda habeas corpus de mulher de Nem para Justiça do Rio

O Globo: Jungmann diz que polícias do Rio receberão mil veículos novos

Correio Braziliense: Braga Netto e juiz Bretas acertam fluxo de recursos para segurança

Veja: Governo diz à ONU que intervenção no Rio é 'medida excepcional'

UOL: Rio se organiza para vigiar a intervenção dos militares

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Mudanças na lei: **Istoé** informa que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, pediu nesta quinta-feira (8), que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, coloque em pauta no plenário da Corte a discussão sobre a distinção entre traficante e usuário de drogas. Na avaliação do ministro, uma decisão sobre o assunto pode dar início à solução de problemas relacionados à superlotação do sistema penitenciário brasileiro. Após o encontro, Jungmann declarou que a lei antidrogas não informa a quantidade que distingue o traficante do usuário e pediu para que esse assunto fosse tratado o mais rápido possível pois o Brasil prende muito, mas prende mal.

Veículos novos: **O Globo** noticia que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse, na última quinta-feira (8), que as polícias do Estado do Rio de Janeiro vão receber mil novos veículos, sendo os primeiros 200 no mês de abril, dentro de um esforço de reequipamento que, posteriormente, também incluirá novos armamentos.

Fluxo de recursos: **Correio Braziliense** noticia que o interventor federal, general Braga Netto, se reuniu na manhã desta sexta-feira (9) com o juiz federal Marcelo Bretas, da 7ª



Vara Federal Criminal, responsável pelos casos da Operação Lava-Jato no estado. Segundo o porta-voz do Gabinete de Intervenção Federal, coronel Roberto Itamar, a reunião foi para tratar do fluxo para a solicitação de recursos disponíveis na Justiça para a intervenção federal. Itamar afirmou que o juiz Bretas sinalizou positivamente à possibilidade de recursos recuperados do esquema de corrupção serem destinados à segurança, que se somará aos recursos do estado e do governo federal.

Medida excepcional: O governo brasileiro deu garantias na ONU de que a intervenção federal no Rio de Janeiro é uma “medida excepcional” e indicou que a luta contra o crime faz parte da proteção dos direitos humanos. O discurso do Itamaraty diante do Conselho de Direitos Humanos da ONU foi uma resposta às críticas feitas pela cúpula da entidade. Na última quarta-feira (7), o alto comissário da ONU para Direitos Humanos, Zeid Al Hussein, criticou a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro decretada pelo presidente Michel Temer (MDB). Notícia da **Veja**.

Fim antecipado: O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou na tarde de quinta-feira (8), em Nova York, que a intervenção federal na segurança do estado do Rio de Janeiro pode acabar "no segundo semestre", o que permitiria ao governo remarcar a votação da reforma da Previdência. Quando a intervenção foi anunciada, em meados de fevereiro e aprovada pelo Congresso, ela valeria até 31 de dezembro. Notícia do **O Globo**.

Intervenção sob vigia: **UOL** noticia que o medo de que os abusos e as violações dos direitos humanos se multipliquem com impunidade durante as operações militares mobilizou defensores públicos, advogados, acadêmicos e ativistas em todo o Rio, mas especialmente as organizações de moradores das favelas. As propostas para monitorar os militares que atuam no controle da segurança do estado são amplas: um grupo criptografado no WhatsApp para denúncias anônimas que são encaminhadas por especialistas aos órgãos públicos, tutoriais distribuídos nas redes para saber como lidar com os agentes ou cursos sobre como gravar com celular possíveis abordagens abusivas, e até uma Comissão "Popular" da Verdade, contrariando o pedido de anistia preventiva para qualquer soldado que cometa violações de direitos humanos durante a intervenção federal.



'Piratas' do PCC: A Crítica noticia que o PCC (Primeiro Comando da Capital) recrutou os traficantes Raimundo Araújo de Souza, o “Nego do Catara”, e José Gerson Mota da Silva, o “Mata Porco”, conhecidos por chefiarem grupos de piratas que atacam embarcações transportadoras de grandes remessas de drogas da Colômbia para Manaus pelo rio Solimões. As investigações da Polícia Civil apontam que os traficantes foram recrutados porque a facção quer o domínio da rota do tráfico na região, principalmente entre os municípios de Coari e Tefé. Os 'piratas' são presos da Comarca de Coari, mas foram transferidos para Manaus em agosto do ano passado por apresentarem riscos, já que mesmo presos, continuavam comandando o tráfico e uma série de assassinatos no município.

Sistema Prisional

Presos deportados: Campo Grande News informa que os seis brasileiros membros do PCC (Primeiro Comando da Capital) presos no último dia 28 pela Polícia Nacional em Pedro Juan Caballero, no Paraguai, foram deportados para o Brasil na última quinta-feira (8). Os bandidos foram entregues à Polícia Federal na sede das Migrações da cidade. A polícia paraguaia aponta que a morte do policial civil Wesceley Dias Vasconcelos, de 37 anos, nesta terça-feira (6) em Ponta Porã, a 323 km de Campo Grande, tenha ocorrido à mando do PCC, depois que o agente passou a investigar a atuação destes suspeitos.

Apartamento rifado: UOL noticia que cinco suspeitos de integrarem a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) foram presos na Grande São Paulo. Com os suspeitos, foram apreendidos explosivos, armas, drogas e rifas de apartamento utilizadas para financiar o grupo. De acordo com o Deic (Departamento Estadual de Investigações Criminais), que realizou a operação, foram apreendidos documentos que seriam da administração da facção na região metropolitana, contendo relatório de movimentação de detentos no sistema prisional e avaliações sobre desempenho dos integrantes.

Habeas corpus: Extra noticia que o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Justiça estadual do Rio deve analisar o pedido de habeas corpus apresentado por Danúbia de Souza Rangel – mulher de Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, apontado como chefe do tráfico na Rocinha. O argumento foi a decisão da



Segunda Turma do STF que concedeu prisão domiciliar a mulheres grávidas ou que tenham filhos de até 12 anos, e estejam em prisão preventiva. Fachin ressaltou que, de acordo com decisão da Segunda Turma, cabe ao tribunal local decidir sobre os pedidos de prisão domiciliar.

Mobilização contra massacres: Brasil de Fato noticia que organizações sociais, entre elas a Pastoral Carcerária e a AMPARAR (Associação de Amigos e Familiares de Presos), realizarão uma vigília em frente ao Centro de Detenção Provisória de Pinheiros (CDP), na capital paulista, no dia 10 de março. A campanha “Chega de massacres, por um mundo sem cárcere” denuncia mortes e abusos cotidianos que ocorrem no sistema prisional. Nos últimos 25 anos, segundo a Pastoral Carcerária, o Brasil viu sua população carcerária crescer em mais de 600%.

Compras sem licitação: Um dos órgãos da Segurança Pública sob intervenção federal no Rio, a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) sofreu uma devassa nas despesas que fez entre janeiro de 2017 e janeiro 2018. Um levantamento feito pelo Laboratório de Orçamento e Políticas Públicas (LOPP), do Ministério Público estadual, entregue ao procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem, revelou que 94% dessas compras foram feitas de forma emergencial, sem licitação ou sem cobertura contratual. Os gastos ultrapassaram R\$ 456,3 milhões. Notícia do **O Globo**.